

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
12º Concurso para Provimento de Cargos de Procurador da República de 2ª Categoria

Gabarito no final

PROVA OBJETIVA

Prezado Candidato, observe as seguintes ORIENTAÇÕES :

A - QUANTO AO CADERNO DE PROVA

1. Verifique, com a maior atenção, este CADERNO DE PROVA OBJETIVA. Deve conter 120 (cento e vinte) questões. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões, impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.

2. Leia atentamente as instruções abaixo enquanto aguarda o sinal da prova
 - a) Assinale no Caderno de Prova para cada questão, uma ÚNICA resposta;
 - b) Para sua segurança, reveja a questão, conferindo a resposta assinalada ANTES de registrar sua opção na Folha de Resposta;
 - c) Na correção será considerada APENAS o que estiver marcado na FOLHA DE RESPOSTA;
 - d) Será considerada errada a questão que tiver DUAS OU MAIS ALTERNATIVAS assinaladas como resposta.
3. Para efeito de correção, TRÊS RESPOSTAS ERRADAS ANULARÃO UMA CERTA, em cada um dos Grupos ou partes da prova.
4. Para efeito de correção a resposta em branco não será abrangida na penalização.

B - QUANTO À FOLHA DE RESPOSTA

5. Preencher, EM LETRA DE FORMA, os campos reservados para nome, nº de inscrição e UF, abaixo da segunda linha picotada. Apor a sua assinatura no local próprio, abaixo da segunda linha picotada.
6. NÃO ESCREVER NADA NA FOLHA DE RESPOSTA, limitando-se apenas a assinalar a alternativa da questão.
7. A existência, de qualquer sinal que permita identificá-lo, ACARRETARÁ A ANULAÇÃO DE SUA PROVA.
8. Não danifique as linhas picotadas.
9. O quadrado correspondente à alternativa de sua escolha DEVE SER PREENCHIDO COM UM "X", DE FORMA QUE NÃO PERMITA DÚVIDAS QUANTO À RESPOSTA ASSINALADA.
10. O NÃO ATENDIMENTO às recomendações formuladas PODERÁ ACARRETAR A ANULAÇÃO DE SUA FOLHA DE RESPOSTA.

1ª PARTE - GRUPO I

1 - Assinale a opção correta

- a) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, o último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, uma vez obtida autorização prévia da autoridade pública, para que não se frustrasse outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- d) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, admitida a censura de costume.

2 - A função social da propriedade e a garantia do direito de propriedade admitem :

- a) A penhora, para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, da pequena propriedade rural trabalhada pela família, como definida em lei;
- b) A desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em títulos da dívida pública, resgatáveis em dez anos, com cláusula de preservação do valor real, ressalvados os casos previstos na própria Constituição.
- c) A desapropriação, por interesse social, efetuada pelos Estados, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei;
- d) A desapropriação, nos termos da lei federal, de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, nos termos da lei municipal específica, mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

3 - Assinale a opção correta.

- a) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo em caso de crime comum, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- b) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.
- c) Nas suas relações internacionais o Brasil rege-se, dentre outros, pelos princípios da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da não-intervenção, do repúdio ao terrorismo e ao racismo e da não concessão de asilo político aos que tenham violado os direitos humanos.
- d) Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião, salvo mediante previsão em tratado internacional que especifique a vedação da pena de morte.

4 - A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios :

- a) Preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano e rural, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito organizado e apurado pela Justiça Estadual, às populações diretamente interessadas;
- b) Preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, organizado e apurado pela Justiça Eleitoral, às populações diretamente interessadas;
- c) Preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito organizado e apurado pela Justiça Eleitoral, às populações diretamente interessadas;
- d) Preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano e rural, far-se-ão por lei federal, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito organizado e apurado pela Justiça Eleitoral, às populações diretamente interessadas.

5 - Assinale a opção correta.

- a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais terão aplicação quando da regulamentação legal.
- b) A falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania será suprida por ação popular.
- c) São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, quando por outro meio não for possível obtê-las.
- d) Os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte.

6 - É da competência legislativa privativa da União :

- a) A organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como a organização administrativa destes;
- b) Organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis;
- c) Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- d) Juntas comerciais e custas dos serviços forenses.

7 - Assinale a opção correta.

- a) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- b) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- c) No âmbito da legislação privativa, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrário.

8 - A Intervenção

- a) Da União em Município localizado em Território Federal, para prover a execução de ordem ou decisão judicial, dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral;
- b) Do Estado no Município, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, dependerá de requisição da Assembléia Legislativa ou do Tribunal de Justiça;
- c) Da União nos Estados ou do Distrito Federal, para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes, dependerá de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;
- d) Da União nos Estados ou no Distrito Federal, para prover a execução de lei federal, dependerá de provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Advogado-Geral da União.

9 - Assinale a opção correta

- a) É da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.
- b) É da competência privativa do Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- c) É da competência privativa da Câmara dos Deputados processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- d) É da competência exclusiva do Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

10 - A representação da Inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual :

- a) É da iniciativa do Procurador-Geral da República ou do Advogado-Geral da União perante o Superior Tribunal de Justiça;
- b) Será instituída por lei complementar federal, admitida a legitimação para agir à Mesa da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado e ao Prefeito Municipal;
- c) É da iniciativa da Mesa da Assembléia Legislativa, do Governador do Estado ou do Prefeito Municipal perante o Supremo Tribunal Federal;
- d) Será instituída pelos Estados, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

11 - Assinale a opção correta :

- a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
- b) Compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os membros do Congresso Nacional.
- c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- d) Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar, em recurso especial, as causas decididas pelos juizes federais e pelos juizes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

12 - A pessoa física ou jurídica estrangeira :

- a) Pode ser armador, proprietário ou comandante de embarcação nacional;
- b) Terá regulado e limitado, em lei, o direito de aquisição ou de arrendamento de propriedade rural, o qual, nos casos previstos em lei, dependerá de autorização do Congresso Nacional;
- c) Pode ter propriedade de embarcação na navegação de cabotagem e interior, salvo caso de necessidade pública, segundo dispuser a lei;
- d) Pode ter participação no capital social da empresa jornalística e de radiodifusão se nominalmente identificada.

13 - Assinale a opção correta.

- a) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) As medidas provisórias, com força de lei, adotadas pelo Presidente da República, em caso de relevância e urgência, não convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, perderão a eficácia, mantida a validade dos atos praticados naquele período.
- c) O veto do Presidente da República a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional pode ser rejeitado pelo voto de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.
- d) As Comissões Parlamentares de Inquérito devem obter ordem judicial para obrigarem o comparecimento de cidadão.

14 - Aos juizes federais compete processar e julgar :

- a) As ações rescisórias de seus julgados;
- b) Os membros do Ministério Público da União nos crimes comuns e de responsabilidade;
- c) Os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal da mesma seção judiciária;
- d) Os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeiro.

15 - Assinale a opção correta.

- a) Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos obrigatoriamente por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei.
- b) O direito de greve do servidor público civil e militar será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar, assegurado, ainda, o direito à livre associação sindical.
- c) A proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, exceto nas hipóteses postas na Constituição, e quando houver compatibilidade de horários, abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público.
- d) Nenhuma das opções é correta.

16 - Os atos de improbidade administrativa importarão, cumulativamente :

- a) A suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao Erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;

b) A suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao Erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação cível cabível;

c) A suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao Erário, na forma e gradação previstas em lei, vedado o bis in idem mediante ação penal;

d) Nenhuma das opções é correta.

17 - Assinale a opção correta.

a) Da publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, desde que tenham também caráter educativo, informativo ou de orientação social

b) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causaram a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas no caso de dolo.

c) O servidor público em exercício de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

d) Nenhuma das opções é correta.

18 - As normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades:

a) São da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, e obrigam a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas respectivas esferas de governo, e empresas sob seu controle;

b) São da competência legislativa privativa da União, e obrigam a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle;

c) São da competência legislativa comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e obrigam a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas respectivas esferas de governo, e empresas sob seu controle;

d) Nenhuma das opções é correta.

19 - Assinale a opção correta

a) É de necessidade pública a desapropriação em que o Estado, para atender a situações normais, tem de adquirir o domínio e o uso de bens de outrem, sempre que a utilização da propriedade seja conveniente e vantajosa ao interesse público, ainda que não constitua um imperativo irremovível

b) É de utilidade pública a desapropriação sempre que o Estado, para atender a situações anormais que se lhe apresentam, tem de adquirir o domínio e o uso de bens de terceiros, porquanto se supõe que algo não possa continuar, ou iniciar-se, sem a desapropriação que transfira ao Estado, ou a outrem, para se destruir ou extinguir, o que é da pessoa a quem se desapropria.

c) É de interesse social a desapropriação em que o Estado, para impor um melhor aproveitamento da terra rural ou para prestigiar certas camadas sociais, adquire a propriedade de alguém e a trespassa a terceiro, para ensejar melhoria nas condições de vida e atenuar desigualdades sociais pela mais eqüitativa distribuição da riqueza.

d) Nenhuma das opções é correta.

20 - A criação de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública depende :

a) De ato motivado do Ministro de Estado responsável pela supervisão ministerial;

b) Somente de lei específica.

c) De lei específica, no caso de autarquia e fundação pública; de autorização da assembléia de acionistas, no caso de sociedade de economia mista; de decisão administrativa, no caso de empresa pública, mediante audiência prévia do Procurador-Geral da Fazenda Nacional;

d) Nenhuma das hipóteses é correta.

21 - Assinale a opção correta.

- a) A propriedade do ato administrativo de ser validamente executado pela própria Administração Pública, independentemente de prévio controle judicial da legalidade, denomina-se eficácia.
- b) A anulação do ato administrativo compete exclusivamente à Administração Pública em face do princípio da independência e a harmonia dos Poderes.
- c) O ato administrativo válido é sempre eficaz desde sua expedição.
- d) Nenhuma das opções é correta.

22 - No processo de licitação, a exclusividade do fornecimento do bem necessário e a notória especialização são hipóteses de :

- a) Inexigibilidade;
- b) Inexigibilidade ou dispensa;
- c) Dispensa;
- d) Nenhuma das opções é correta.

23 - Assinale a opção correta.

- a) Autorização é o ato administrativo vinculado pelo qual a Administração Pública faculta o ingresso de administrado em estabelecimento governamental, desde que tenha atendido às exigências legais, para o desfrute de um serviço público.
- b) Permissão é o ato administrativo discricionário segundo o qual a Administração Pública outorga a alguém, que para isso se interesse, o direito de prestar um serviço público ou de usar, em caráter privativo, um bem público.
- c) Homologação é o ato administrativo vinculado por meio do qual a Administração Pública outorga a alguém, que para isso se interesse, o direito de realizar certa atividade material que sem ela lhe seria vedada, desde que satisfeitas as exigências legais.
- d) Nenhuma das opções é correta.

24 - São princípios constitucionais controladores da atuação administrativa dos três poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios :

- a) Legalidade, impessoalidade, precariedade e motivação;
- b) Legalidade, moralidade, revogabilidade e publicidade;
- c) Legalidade, impessoalidade, moralidade e conveniência;
- d) Nenhuma das opções é correta.

25 - Assinale a opção correta.

- a) Bem do patrimônio disponível é o que pode ser alienado (vendido, permutado, ou cedido para exploração econômica) mediante licitação pública desde que declarada sua desafetação.
- b) Os bens de uso comum, enquanto bens do patrimônio disponível, podem ser alienados mediante autorização legislativa.
- c) Os bens do domínio público caracterizam-se pela sujeição a um regime jurídico específico que lhes confere os traços de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade.
- d) Nenhuma das opções é correta.

26 - O Poder de Polícia é :

- a) Faculdade discricionária da Administração de limitar, dentro da lei, as liberdades individuais em favor de interesse coletivo;
- b) Conjunto de atribuições concedidas à Administração para disciplinar, restringir ou suspender, em favor de interesse público adequado, direitos e liberdades individuais;
- c) Juízo de conveniência e oportunidade da Administração que, em face de interesse coletivo preponderante, pode suspender o exercício de liberdade pública
- d) Nenhuma das opções é correta.

27 - Assinale a opção correta.

- a) A discricionariedade administrativa, enquanto faculdade que a lei confere à Administração para apreciar caso concreto segundo critérios de oportunidade e conveniência, exclui o exame, pelo Poder Judiciário, de ameaça ou de lesão a direito individual.
- b) A arbitrariedade administrativa é admitida enquanto faculdade decorrente do sistema jurídico positivo que se reconhece à Administração para resolver caso concreto em face de lacuna legislativa.
- c) Discricionariedade administrativa é a faculdade que a lei confere à Administração para apreciar o caso concreto, segundo critérios de oportunidade e conveniência, e escolher uma dentre duas ou mais soluções, todas válidas perante o direito.
- d) Nenhuma das opções é correta.

28 - Norma tributária, ao estabelecer que ficam excluídas do pagamento de certo imposto alguma ou algumas categorias de pessoas, em determinadas circunstâncias:

- a) Atenta contra o princípio fundamental da isonomia;
- b) Viola o princípio da uniformidade da tributação;
- c) É considerada válida;
- d) Constitui limite ao poder constitucional de tributar.

29 - O Princípio da capacidade contributiva tem aplicação :

- a) Preponderantemente nos impostos reais;
- b) Exclusivamente nos impostos pessoais;
- c) Em uns e outros tipos de impostos;
- d) Expressamente em relação às taxas.

30 - É válido dizer que o princípio da anualidade :

- a) Foi restabelecido com a vigência da Constituição de 1988, com o que procurou o Constituinte prestigiar o Poder Legislativo;
- b) Pode ser definido como aquele pelo qual tributo algum será cobrado em cada exercício sem que a lei que o instituiu, ou o majorou, haja sido publicado no exercício precedente;
- c) Não foi restaurado pelo ordenamento constitucional vigente;
- d) Confunde-se doutrinária e legalmente como princípio da anterioridade.

31 - Dentre os Princípios constitucionais que limitam o poder de tributar em geral, assinale aquele de observância irrestrita:

- a) Legalidade;
- b) Irretroatividade;
- c) Anterioridade;
- d) Anualidade.

32 - O Direito à participação nas receitas tributárias :

- a) Nasce após ser instituído o imposto pela pessoa política competente;
- b) Pode ser excluído por mútuo acordo entre a pessoa política competente e o contribuinte de direito, em razão de ordem pública;
- c) Nasce com a criação do tributo e com a ocorrência do fato gerador;
- d) Nenhuma alternativa é correta.

33 - Na partilha das receitas tributárias :

- a) Admite-se a solidariedade ativa entre as pessoas jurídicas tributante e participante;
- b) Inexiste o instituto da solidariedade ativa;
- c) A solidariedade só tem cabimento se a pessoa jurídica competente para instituir o imposto permanecer inerte;
- d) A solidariedade decorrerá apenas do exercício do poder residual de instituir o tributo.

34 - As isenções tributárias não podem ser concedidas por :

- a) Decreto legislativo do Congresso Nacional;

- b) Decreto legislativo estadual ou distrital;
- c) Decreto do Chefe do Poder Executivo, que tenha a iniciativa da matéria tributária;
- d) Por lei complementar.

35 - É vedado, pela Constituição, à União instituir isenção de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, salvo no caso de :

- a) Imposto sobre prestação de serviços de transporte interestadual;
- b) Exportação de mercadoria que não for produto industrializado, mediante lei complementar, podendo ficar excluída a cobrança de ICMS;
- c) Imposto sobre serviços de qualquer natureza;
- d) Adicional de até 5% sobre o imposto de renda.

36 - Para a repetição de indébito por pagamento indevido em matéria tributária :

- a) É preciso demonstrar o erro;
- b) Sendo obrigação ex lege, é inexigível a prova do erro, bastando que o interessado evidencie que o pagamento foi ilegal;
- c) Mesmo sendo obrigação ex lege, não exime o contribuinte de comprovar a sua boa-fé;
- d) É necessário prévio protesto

37 - Em matéria tributária, para configurar-se a infração de caráter pessoal ou contravencional :

- a) Independe da intenção do agente;
- b) É preciso aferir se a infração causou ou não danos à Fazenda Pública;
- c) São afastados a denúncia e o pagamento espontâneo, mesmo antes de qualquer procedimento administrativo;
- d) Os enunciados das letras anteriores não são verdadeiros.

38 - A responsabilidade de terceiros prevista no art. 134, do Código Tributário Nacional :

- a) É solidária;
- b) É subsidiária;
- c) Para a sua caracterização é indispensável verificar a impossibilidade de adimplemento da obrigação tributária pelo contribuinte;
- d) Para ter lugar, é exigível a comprovação da culpa do terceiro responsável.

39 - A revisão ou alteração do lançamento do crédito tributário:

- a) Pode ocorrer a qualquer tempo, posto ínsito à Administração o poder de rever os próprios atos quando eivados de vício;
- b) Somente pode se verificar mediante impugnação do sujeito passivo ou responsável;
- c) Pode ocorrer a qualquer tempo, quando se comprove falsidade, erro ou omissão no que toca a um elemento definido na lei como sendo de declaração obrigatória por parte do contribuinte ou responsável, e esse se omitiu ou atuou com fraude;
- d) Apenas terá cabimento se não decaiu a Fazenda Pública do direito de constituir o crédito tributário.

40 - No imposto de renda, apurado o lucro real no ano de base de 1991, opera-se a decadência de a Fazenda Nacional lançar o imposto em :

- a) 1º de janeiro de 1996;
- b) 31 de dezembro de 1996
- c) 1º de janeiro de 1997
- d) 1º de janeiro de 1998.

2ª PARTE - GRUPO II

41 - Lei Nova, que seja mais benigna para o devedor :

- a) Passa a disciplinar as relações contratuais;
- b) Não prejudica o direito adquirido;

- c) Só retroage quando o legislador dispuser em tal sentido;
- d) Passa a disciplinar apenas as prestações vincendas.

42 - A Desconstituição do Ato Jurídico :

- a) Só pode produzir efeitos ex nunc;
- b) Só pode produzir efeitos ex tunc;
- c) Pode produzir efeitos ex nunc ou ex tunc, conforme a causa determinante da respectiva invalidade;
- d) Quanto aos efeitos já produzidos, deve resolver-se em perdas e danos.

43 - Nas Declarações de vontade :

- a) Se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à sua intenção;
- b) Se atenderá mais à intenção das partes do que ao sentido literal da linguagem;
- c) Não se levará em conta a intenção revelada pelos declarantes;
- d) Só se levará em conta a intenção das partes, quando o contrato houver sido celebrado por instrumento particular.

44 - Possuidor, que haja adquirido a posse com o vício da clandestinidade, vindo a sofrer turbação de terceiro, que não seja o antigo possuidor :

- a) Terá direito à proteção possessória;
- b) Não terá direito à proteção possessória;
- c) Só terá direito à proteção possessória, se a demandar antes de decorrido ano e dia da turbação;
- d) Só terá direito à proteção possessória, quando houver adquirido a posse há mais de ano e dia.

45 - O Possuidor que fizer construção em terreno alheio :

- a) Perdê-la-á em proveito do proprietário do solo;
- b) Perdê-la-á em proveito do proprietário do solo, quando este não haja tido ciência dela em tempo oportuno;
- c) Será indenizado pelo proprietário, desde que tenha agido de boa fé;
- d) Será indenizado pelo proprietário, ainda que tenha agido de má fé.

46 - A Herança de pessoa viva :

- a) Pode ser objeto de cessão de direitos;
- b) Pode ser objeto de cessão condicionada ao falecimento do de cujus;
- c) Não pode ser objeto de cessão;
- d) Pode ser objeto de cessão, desde que a isso não se oponha tal pessoa.

47 - A Garantia de Evicção é :

- a) Elemento essencial de qualquer contrato;
- b) Elemento natural do contrato oneroso;
- c) Elemento accidental do contrato oneroso;
- d) Elemento estranho ao contrato.

48 - Diz-se o contrato bilateral quando nele haja :

- a) Acordo de duas vontades;
- b) A constituição de duas obrigações;
- c) A presença de duas artes;
- d) A constituição de obrigações recíprocas.

49 - A venda de ascendente a descendente sem o consentimento dos demais descendentes :

- a) É ato nulo;
- b) É ato anulável;
- c) Sujeita-se a prescrição de 4 anos a contar do ato;
- d) Sujeita-se a prescrição de 4 anos a contar da abertura da sucessão.

50 - A Cláusula de retrato constitui :

- a) Compra de efeito retroativo;
- b) Revenda ao primitivo alienante;
- c) Termo resolutivo da venda;
- d) Condição resolutive da venda.

51 - A Doação feita a nascituro :

- a) É válida, mas ineficaz;
- b) É válida, transmitindo desde logo a propriedade do bem doado;
- c) Fica sujeita a termo;
- d) Fica sujeita a condição.

52 - Não havendo na procuração poderes para substabelecer, o mandatário :

- a) Não poderá substabelecer;
- b) Poderá substabelecer;
- c) Poderá substabelecer apenas com reserva de poderes;
- d) Pratica ato nulo, quando substabelecer os poderes recebidos do mandante.

53 - Adquirido o domínio de imóvel em virtude do registro imobiliário promovido pelo comprador :

- a) A compra e venda não mais poderá ser desfeita;
- b) A compra e venda só poderá ser rescindida por efeito da cláusula comissória tácita;
- c) A compra e venda só poderá ser rescindida, se houver pacto comissório;
- d) Continua a compra e venda resolúvel por falta de pagamento do preço.

54 - Por força do princípio da SAISINE acolhido pelo Código Civil Brasileiro :

- a) Apenas o domínio da herança se transmite aos herdeiros desde a abertura da sucessão;
- b) O domínio e a posse da herança se transmitem aos herdeiros e legatários desde a abertura da sucessão;
- c) A posse da herança se transmite aos herdeiros e legatários desde a abertura da sucessão;
- d) O domínio e a posse da herança se transmitem aos herdeiros desde a abertura da sucessão.

55 - O direito brasileiro proíbe o testamento :

- a) Militar;
- b) Conjuntivo recíproco;
- c) Cerrado;
- d) Particular.

56 - Ao promover a defesa judicial dos bens dotais da mulher, o marido atua como :

- a) Representante da esposa;
- b) Substituto processual;
- c) Litisconsorte;
- d) Nenhuma das alternativas acima.

57 - Se o réu, na resposta, não alegar a ilegitimidade “ad causam” do autor :

- a) A questão torna-se preclusa;
- b) Incorre preclusão, podendo o réu alegá-la, inclusive, em recurso especial;
- c) Somente poderá alegá-la enquanto não proferida a sentença pelo magistrado de primeiro grau;
- d) Poderá alegá-la a qualquer tempo, enquanto não esgotadas as instâncias ordinárias.

58 - Após o trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em processo de conhecimento que teve curso à sua revelia, porque não foi citado, o condenado :

- a) Somente pode alegar tal vício em ação rescisória;
- b) Somente pode alegar tal vício em ação anulatória;
- c) Pode alegar o referido vício em embargos à execução, desde que não decorridos dois anos do trânsito em julgado da sentença;
- d) Pode alegar o referido vício em embargos à execução, mesmo que já decorridos mais de dois anos do trânsito em julgado da sentença.

59 - Quando ordenada por Juiz incompetente, a citação :

- a) Interrompe a prescrição;
- b) Interrompe a prescrição, desde que o juiz competente ratifique o despacho anterior, no prazo de 90 dias;
- c) Não interrompe a prescrição;
- d) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

60 - Em ação de consignação de pagamento de aluguéis, proposta pelo locatário, o locador foi citado na pessoa do administrador do imóvel, encarregado do recebimento dos locativos. Tal citação é :

- a) Sempre nula;
- b) Válida, independentemente de qualquer condição;
- c) Válida, desde que o locador tivesse mudado o seu domicílio para outro Estado da federação, sem comunicar o locatário;
- d) Nenhuma das alternativas acima é correta.

61 - A admissão, pelo réu, dos fatos afirmados pelo autor na petição inicial de uma ação de conhecimento :

- a) Implica, necessariamente, na procedência da ação;
- b) Caracteriza confissão;
- c) Importa em contumácia;
- d) Constitui reconhecimento do pedido.

62 - O agravo de instrumento interposto contra a decisão que decretou a prisão de depositário infiel :

- a) Sempre suspende a execução da medida;
- b) Não impede a execução da medida em hipótese alguma;
- c) Impede a execução da medida, desde que o prolator do despacho agravado atribua efeito suspensivo ao agravo, mesmo depois do recurso ter sido remetido ao Tribunal competente;
- d) Nenhuma das alternativas acima é correta.

63 - Contra acórdão do tribunal de justiça que, fundado em norma constitucional que interpretou de maneira divergente de outros tribunais, nega provimento a recurso de apelação contra sentença concessiva de mandado de segurança, o recurso adequado é :

- a) O ordinário;
- b) O extraordinário;
- c) O especial;
- d) O agravo de instrumento.

64 - Se a execução de uma sentença puder ser realizada por vários modos :

- a) Compete ao credor escolher o modo que lhe convém, ainda que mais gravoso para o devedor;
- b) Cabe ao devedor escolher o modo a ser observado na execução;
- c) A escolha cabe ao juiz, que poderá optar pelo meio mais gravoso;
- d) Cabe ao juiz mandar que se observe o modo menos gravoso para o devedor.

65 - Quando atua como fiscal da lei, o Ministério Público :

- a) Não precisa ser intimado de todos os atos do processo;
- b) Pode juntar documentos e certidões, mais não pode produzir prova em audiência;

- c) Terá vista dos autos antes das partes;
- d) Deve ser intimado de todos os atos do processo e terá vista dos autos após as partes.

66 - Em ação de mandado de segurança :

- a) O Ministério Público somente será ouvido quando o juiz constatar a presença de interesse público;
- b) O Ministério Público pode recorrer apenas contra a sentença que concede a segurança;
- c) O Ministério Público deve ser ouvido obrigatoriamente, sob pena de nulidade;
- d) Nenhuma das alternativas acima é correta.

67 - Na Execução fiscal, a intimação da penhora ao devedor :

- a) Somente pode ser pessoal;
- b) Será sempre pelo correio;
- c) Pode ser feita mediante publicação, no órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora;
- d) nenhuma das alternativas acima é correta.

68 - Na ação de desapropriação, a revelia do expropriado :

- a) Implica no julgamento antecipado da lide;
- b) Torna desnecessária a realização da prova pericial;
- c) Não autoriza a dispensa da prova pericial;
- d) Nenhuma das alternativas acima é correta.

69 - Contra a decisão do juiz-relator que indeferiu liminarmente mandado de segurança da competência originária de Tribunal Regional Federal, o recurso adequado é :

- a) O especial;
- b) O ordinário;
- c) O extraordinário;
- d) Nenhuma das alternativas acima é correta.

70 - No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública :

- a) Cabe a concessão de medida liminar contra pessoa jurídica de direito público, mas é necessária a prévia audiência do seu representante judicial, no prazo de 72 horas;
- b) Cabe a concessão de medida liminar contra pessoa jurídica de direito público, independentemente de audiência prévia de seu representante judicial;
- c) Cabe a concessão de medida liminar contra a pessoa jurídica de direito público, desde que não implique na suspensão da construção de obra pública;
- d) Não cabe a concessão de medida liminar contra pessoa jurídica de direito público.

71 - Empregada, ao desligar-se da empresa, por força do termo final do contrato de experiência, tem direito a receber :

- a) Aviso prévio;
- b) 40% do F.G.T.S.;
- c) Parte, em proporção, dos 120 dias do repouso, se gestante, mesmo se o desligamento ocorreu antes do período de 4 (quatro) semanas que precedem ao parto;
- d) Nenhuma das parcelas acima é devida.

72 - Com o advento do novo texto constitucional, no que se relaciona com a jornada de trabalho, quer no tocante a hora extra ou compensação de horas, quer no tocante ao trabalho noturno :

- a) Permaneceram válidos todos os preceitos legais relativos a restrições ao trabalho da mulher em sua própria defesa;
- b) A restrição atual cinge-se, tão somente, à compensação de horas;
- c) À mulher aplicam-se os mesmos dispositivos que regulam o trabalho masculino;
- d) A restrição refere-se, unicamente, ao trabalho insalubre.

73 - O contrato de trabalho caracteriza-se, essencialmente :

- a) Pela presença, na relação jurídica, do prestador de serviços e da pessoa física ou jurídica a quem esses serviços são prestados;
- b) Pelo seu caráter bilateral, sinalagmático, oneroso e intuitu personae;
- c) Pelo vínculo de subordinação jurídica, pela pessoalidade, não eventualidade e onerosidade;
- c) Pelas prestações sucessivas ou de execução continuada, mediante justa remuneração.

74 - A empregada doméstica goza dos mesmos direitos dos demais trabalhadores, exceto o de :

- a) Irredutibilidade do salário;
- b) Licença gestante de 120 (cento e vinte) dias;
- c) 1/3 do salário normal das férias anuais remuneradas;
- d) Salário família e o de seguro contra acidente do trabalho.

75 - Na rescisão do contrato de trabalho, reconhecida a culpa recíproca, o empregado faz jus :

- a) Às férias proporcionais;
- b) À gratificação natalina do ano respectivo;
- c) À indenização que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador;
- d) Nenhuma das alternativas acima é correta.

76 - No âmbito trabalhista, é correto afirmar que :

- a) A prescrição é renunciável pelo empregado em pacto adjecto, desde que homologado pelo Sindicato representante da sua categoria, a fim de compensar vantagem acordada com o empregador;
- b) A prescrição pode ser declarada de ofício em grau extraordinário de jurisdição;
- c) A prescrição é considerada interrompida pelo simples ajuizamento da reclamação, segundo entendimento jurisprudencial;
- d) O limite máximo do prazo para ingresso de ação pleiteando reparação de lesão de direito individual é de dois anos indistintamente.

77 - É competente para julgar ação de cobrança, movida por sindicato contra sociedade de economia mista federal, de contribuição sindical pactuada em convenção coletiva do trabalho, a :

- a) Justiça Estadual comum;
- b) Justiça Federal;
- c) Justiça do Trabalho;
- d) Justiça Estadual com recurso para o Tribunal Regional do Trabalho.

78 - Divergem os tribunais regionais do trabalho e federal sobre a competência para apreciar recurso contra decisão de juízo trabalhista que se deu por incompetente para apreciar pedido de levantamento do F.G.T.S. formulado por servidor público federal, que teve, por força de lei, transformada a sua relação de emprego em vínculo estatutário com a união. No caso, o Superior Tribunal de Justiça deve proclamar que :

- a) O juiz trabalhista aprecie a pretensão, no mérito;
- b) O competente é o juiz estadual, posto inexistindo discussão acerca da relação de emprego, cinge-se a pretensão a mero pedido de saque previsto na lei;
- c) O competente é o juiz federal, eis que, não havendo controvérsia sobre o vínculo trabalhista, obrigatória, contudo, é a presença da Caixa Econômica Federal na lide, como gestora do fundo.
- d) Nenhuma proposta é correta.

79 - É competente para julgar a ação intentada por filiado, impugnando eleição de membros da diretoria de federação estadual de trabalhadores, a que comparece, como observador, agente do Ministério do Trabalho :

- a) O Juiz de Direito Estadual;
- b) A Justiça Federal de 1º grau;
- c) A Junta de Conciliação e Julgamento;
- d) O Tribunal Regional do Trabalho.

80 - É correto assinalar que :

- a) O Tribunal Superior do Trabalho somente pode julgar, em recurso especial, questões legais, na mesma linha de limitação de competência do Superior Tribunal de Justiça
- b) O Tribunal Superior do Trabalho pode julgar, como órgão máximo da Justiça do Trabalho, questões legais e também questões constitucionais;
- c) As questões constitucionais, no processo do trabalho, somente podem ser decididas pelo Supremo Tribunal Federal;
- d) A única ou última instância, de que fala o art. 102, III, da Constituição, para cabimento do recurso extraordinário são, no âmbito da Justiça Obreira, os Tribunais Regionais do Trabalho.

3ª PARTE - GRUPO III

81 - Juiz de direito, de primeiro grau de Justiça Estadual, que comete crime contra bens da união deve ser processado e julgado pelo :

- a) Tribunal Regional Federal;
- b) Tribunal de Justiça;
- c) Superior Tribunal de Justiça;
- d) Supremo Tribunal Federal.

82 - Estando preso em flagrante o indiciado pela prática de crime contra a Administração Pública Federal, o prazo para a conclusão do inquérito policial é de :

- a) Dez dias prorrogáveis por igual prazo;
- b) Dez dias improrrogáveis;
- c) Quinze dias improrrogáveis;
- d) Quinze dias prorrogáveis por igual prazo.

83 - Tratando-se de prova testemunhal, a ser colhida no juízo criminal :

- a) Não é possível a prestação de depoimento por escrito;
- b) A mera reiteração do depoimento prestado na fase do inquérito não tem valor;
- c) A criança pode ser testemunha;
- d) É impedido de depor o condutor do preso em flagrante.

84 - Habeas Corpus a favor de depositário cuja prisão foi decretada por juiz do trabalho, em processo de execução de sentença trabalhista, deve ser julgado pelo :

- a) Tribunal Regional Federal;
- b) Tribunal Regional do Trabalho;
- c) Superior Tribunal de Justiça;
- d) Tribunal Superior do Trabalho.

85 - Tratando-se de rito sumário relativo às contravenções penais, a ação penal tem início :

- a) Pelo auto de prisão em flagrante;
- b) Por portaria do delegado de polícia;
- c) Por portaria do Juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público;
- d) Por denúncia do Ministério Público.

86 - Tratando-se de crime eleitoral :

- a) O Tribunal Superior Eleitoral é competente para o processo e julgamento, se a autoria do crime é atribuída a deputado federal ;
- b) O Tribunal Regional Eleitoral é competente para o processo e julgamento, se a autoria do crime é atribuída a Juiz de Direito, em função eleitoral;
- c) A interrupção do prazo de prescrição regula-se pelas causas previstas no Código Eleitoral;
- d) Nenhuma das alternativas acima está correta.

87 - No Processo Penal :

- a) O laudo pericial deve ser assinado por dois peritos oficiais, sob pena de nulidade;
- b) O inquérito policial é imprescindível, nos casos de ação penal pública incondicionada;
- c) O defensor constituído não supre a exigência de curador ao réu menor;
- d) O arquivamento judicial do inquérito impede a ação penal privada subsidiária.

88 - São institutos exclusivos da ação penal exclusivamente privada :

- a) Perdão judicial e perempção;
- b) Renúncia e decadência;
- c) Renúncia e perdão extraprocessual;
- d) Perempção e decadência.

89 - No procedimento relativo aos crimes da competência do Júri :

- a) Não há julgamento sem a presença do réu;
- b) O libelo deve estar conforme a denúncia;
- c) Não é possível a juntada de documentos por ocasião das alegações finais que antecedem a pronúncia;
- d) É possível o reconhecimento, pelos jurados, de circunstância qualificadora do crime, embora não prevista na pronúncia e no libelo.

90 - Faz coisa julgada material a sentença de primeiro grau de jurisdição que, irrecorrida :

- a) Absolve sumariamente o réu;
- b) Pronuncia o réu;
- c) Desclassifica o delito de homicídio para lesões corporais dolosas;
- d) Nenhuma das alternativas acima está correta.

91 - O condenado por crime de tráfico de tóxicos (Lei 6.368/76), após a vigência da lei 8.072/90 (crimes hediondos) :

- a) Se durante o processo não estava preso em flagrante ou preventivamente - pressuposto essencial - pode ser autorizado a apelar em liberdade;
- b) Mesmo que não tenha respondido ao processo em liberdade, pode ser autorizado a apelar em liberdade, segundo jurisprudência do STJ e do STF;
- c) Tem direito subjetivo, em qualquer hipótese, a apelar em liberdade, pois o princípio da presunção de inocência, erigido à categoria de dogma constitucional (art. 5º, LVII), revogou, por incompatibilidade, tanto o art. 594 do CPP como o art. 35 da Lei 6.368/76;
- d) Continua, em qualquer hipótese, não podendo apelar sem estar preso ou sem recolher-se à prisão.

92 - No processo penal brasileiro, o assistente da acusação :

- a) Pode intervir, no processo de habeas corpus, para recorrer, na hipótese de omissão do Ministério Público, titular da ação penal;
- b) Não pode intervir no processo de habeas corpus, na condição de assistente em ação penal pública, visto como, no habeas corpus, o Ministério Público atua como fiscal da lei;
- c) Conforme jurisprudência do STF, tem prazo de 15 dias para apelar, quando cabível o seu recurso, esteja ou não habilitado no processo;
- d) Pode intervir desde a fase de inquérito policial até o julgamento do último recurso.

93 - Contra o despacho que recebe a denúncia ou a queixa, no juízo de primeira instância:

- a) Cabe recurso sem sentido estrito;
- b) Cabe apelação sem efeito suspensivo;
- c) Não cabe recurso algum nem mesmo o habeas corpus, se for assegurado ao réu responder ao processo em liberdade;
- d) Cabe habeas corpus.

94 - É correto afirmar-se que :

- a) Ao julgar recurso exclusivo da defesa, pode o Tribunal pronunciar nulidade não argüida, ainda que contrária ao interesse da defesa;
- b) Ao julgar recurso de apelação, o Tribunal, se entender cabível nova definição do fato, em razão de circunstância elementar não contida na denúncia ou na queixa, deve converter o processo em diligência para as providências previstas no art. 384 do CPP;
- c) É exigível o prévio recolhimento à prisão para que o réu condenado, reincidente e de maus antecedentes, possa requerer revisão criminal;
- d) Em crime de ação exclusivamente privada, não pode o Ministério Público apelar de sentença absolutória.

95 - O habeas corpus, no direito positivo brasileiro :

- a) É admissível nos casos de punição disciplinar para exame quanto à regularidade formal do ato coator;
- b) Não é cabível para exame de quaestio iuris que tenha sido objeto de recurso de apelação ainda pendente de julgamento;
- c) Não é admissível como pedido originário substitutivo do recurso que deveria ter sido interposto de decisão indeferitória de outro pedido;
- d) Dada a amplitude de seus objetivos, na defesa da liberdade individual, pode ser reiterado perante o mesmo juiz ou tribunal, ainda que sem novo fundamento.

96 - Em matéria de nulidade do julgamento pelo tribunal do júri, predomina o entendimento de que :

- a) A formulação de quesitos complexos ou contraditórios só pode servir de argumento para a anulação do julgamento se tiver sido objeto de impugnação oportuna pela parte;
- b) A formulação de quesito sobre qualificadora em desacordo com a pronúncia ou não reconhecida pela pronúncia não anula o julgamento por se tratar de matéria restrita à aplicação da pena;
- c) Na legítima defesa, não anula o julgamento a orientação do Juiz Presidente no sentido de, após resposta negativa dos jurados ao quesito sobre a repulsa a uma agressão, julgar prejudicados os quesitos referentes à moderação e ao excesso;
- d) Anula o julgamento pelo Júri a falta de quesitos específicos sobre atenuantes, ainda que a pena tenha sido fixada no mínimo legal.

97 - Compete ao Juiz da execução :

- a) Decretar a extinção da punibilidade em processo com sentença condenatória, ainda que não transitada em julgado;
- b) Aplicar a lei nova que mais favorecer o réu condenado em primeira instância, exceto na hipótese de confirmação da sentença pelo Tribunal;
- c) Aplicar a lei nova mais benigna às condenações com trânsito em julgado, ainda que proferidas pelo Tribunal em grau de recurso;
- d) Autorizar a remoção do condenado para cumprimento de pena em estabelecimento penal de outra unidade federativa, sem prejuízo de sua competência para continuar a decidir os incidentes da execução.

98 - Durante a execução de sentença penal condenatória :

- a) Preserva-se o direito à prisão especial em relação àqueles que, no curso do processo, em razão de certas atividades ou de diplomação em curso superior, fizeram jus a esse benefício;
- b) Proceder-se-á, na hipótese de duas ou mais penas, à soma ou a unificação, conforme o caso, hipótese em que o total obtido passará a ser considerado como um todo não só para a determinação do regime, progressão e outros benefícios, como também para regular a prescrição;
- c) Na hipótese de várias guias de recolhimento em relação ao mesmo condenado, as várias penas serão executadas com observância da ordem cronológica de recebimento dessas guias;
- d) Para concessão de saída temporária ao condenado que cumpre pena em regime semi-aberto não se exige o cumprimento mínimo de um sexto da pena (art. 123, II, da Lei nº 7.210/84), quando o condenado, o recém-ingresso nesse regime, já cumprira esse requisito no regime anterior.

99 - Tratando-se de medida de segurança de internação, aplicada a inimputável :

- a) O exame de cessação de periculosidade será feito: no fim do prazo mínimo de duração da medida; a qualquer tempo, por determinação do juiz da execução; ou de ano em ano, após vencido o prazo mínimo;
- b) Constatada a cessação da periculosidade, o internado será posto em liberdade, incondicionalmente;

- c) Da decisão que decreta a desinternação, cabe recurso por parte do Ministério Público, sem efeito suspensivo.
- d) A não realização do exame de cessação de periculosidade, nos prazos determinados em lei, importa da desinternação obrigatória do internado.

100 - Réu condenado em dois processos a penas que somam 40 anos comete novo crime, no interior do estabelecimento penal, após cumprir 10 anos de reclusão. Por esse novo crime recebe nova condenação a 15 anos. Nessa hipótese :

- a) Totalizando as penas 55 anos, deve o condenado cumprir, no máximo, 30 anos; já tendo cumprido 10anos, restar-lhe-á cumprir mais 20 anos somente
- b) Feita a primeira soma (40 anos) as penas devem ser unificadas em 30 anos (limite máximo); descontados 10 anos já cumpridos, obtém-se um restante de 20 anos que, somados aos 15 anos da última condenação, produz um novo total de 35 anos, o qual deverá também ser unificado em 30 anos para observância de um novo limite máximo;
- c) Qualquer que seja o critério adotado para a nova liquidação das penas, o termo inicial de cumprimento do total de penas da última unificação será a data da primeira prisão do condenado, feitas as detrações e remições cabíveis;
- d) Da decisão que fizer a nova unificação de penas não cabe recurso algum, restando ao condenado valer-se da revisão criminal ou do **habeas corpus**.

101 - Tício foi vítima de inesperada tentativa homicídio, com ferimento à bala, na qual figurou como sujeito ativo do crime o desafeto Caio. Ajuizada a ação penal, Caio procurou a vítima e ofereceu certa importância em dinheiro para que declarasse mentirosamente, em juízo, que o fato resultou de disparo acidental, sem dolo ou culpa do acusado.

- a) Caio comete o crime de corrupção de testemunha (art. 343, parágrafo único, do C.P.);
- b) Caio não comete crime de corrupção de testemunha, já que a analogia **in malam partem** é vedada em direito penal;
- c) Caio comete o crime de fraude processual (art. 347 do C.P.), se Tício aceitar e levar a cabo o conluio;
- d) Caio comete o crime de corrupção ativa do art. 333 do C.P., tendo em vista que a vítima, ao depor em juízo, exerce **munus** equiparado ao exercício de função pública.

102 - Mévio remeteu a Caio, pelo correio, em 20/07/90, pacote no qual acondicionou, camufladamente, apreciável quantidade de cocaína. A encomenda chegou às mãos do destinatário no dia 30/07/90, quando já estava em vigor a lei de crimes hediondos (Lei 8.072, de 25/07/90), publicada no do de 26/07/90. Nessa hipótese :

- a) Mévio será punido de acordo com a lei vigente ao tempo de sua conduta, não se lhe aplicando as exigências mais severas da Lei 8.072, para ulterior obtenção do livramento condicional;
- b) O crime se consumou com a entrega da droga, razão pela qual, estando nessa ocasião em vigor a Lei 8.072, aplicam-se ao caso os preceitos dessa lei, ainda que mais severos;
- c) A lei 8.072, por não ter criado novos crimes, limitando-se a instituir restrições processuais e a agravar certas penas ou o modo de execução, é aplicável aos fatos anteriores à sua vigência;
- d) O clamor público e a extrema gravidade dos denominados “crimes hediondos” justificam o tratamento excepcional da Lei 8.072, pelo que lícito será ao intérprete valer-se da interpretação extensiva para aplicar os preceitos mais severos dessa lei aos crimes nela mencionados ainda que praticados antes de sua vigência.

103 - Caio, na Bolívia, adquire grande quantidade de cocaína e, em seguida, consegue trazê-la, clandestinamente, para o Brasil, com o propósito de venda da droga a terceiros.

- a) Caio comete o crime de tráfico internacional de drogas em concurso material com o de contrabando;
- b) Pelo princípio da subsidiariedade, Caio será punido apenas pelo crime de tráfico internacional de drogas, por ser este mais severamente punido;
- c) Pelo princípio da especialidade, Caio comete apenas o crime de tráfico internacional de drogas (Lei 6.368/76);
- d) O contrabando, no caso, é um pós-fato impunível.

104 - Caio, com a intenção de matar, coloca na xícara de chá servida a Tício certa dose de veneno. Mévio, igualmente interessado na morte de Tício, desconhecendo a ação de Caio, também coloca certa dose de veneno na mesma xícara. Tício vem a falecer por efeito combinado das duas doses ingeridas, já que cada uma

delas, isoladamente, seria insuficiente para produzir a morte, segundo conclusão da perícia, Caio e Mévio agiram individualmente, cada um desconhecendo o plano, a intenção e a conduta do outro.

- a) Caio e Mévio respondem, como co-autores, por homicídio doloso, qualificado, consumado;
- b) Caio e Mévio respondem por lesão corporal dolosa, seguida de morte;
- c) Caio e Mévio respondem, cada um, por homicídio culposo;
- d) Caio e Mévio respondem por tentativa de homicídio doloso, qualificado.

105 - Tício, com intenção de matar, desferiu um tiro em Caio, ferindo-o gravemente. Caio é conduzido ao hospital onde sofre internação cirúrgica oportuna mas vem a falecer em consequência de infecção hospitalar, segundo a perícia, devido às condições de higiene pouco adequadas da UTI.

- a) Tício responde por crime de lesões corporais dolosas de natureza grave (art. 129, inciso 1º, II, do CP);
- b) Tício responde por tentativa de homicídio, já que a morte da vítima deve ser atribuída à causa absolutamente independente;
- c) Tício responde por homicídio consumado, já que a morte da vítima resultou de causa relativamente independente situada na linha do desdobramento físico do encadeamento causal já em curso;
- d) Tício deve ser absolvido da acusação de homicídio consumado, já que, perante o Direito Penal, não poderá ser responsabilizado pela negligência do médico chefe da UTI do hospital.

106 - É correto dizer-se que :

- a) O inciso 2º, alínea a a c, do art. 13 do CP (relevância da omissão), não se aplica aos crimes culposos;
- b) As alíneas a e c do inciso 2º art. 13 do CP aplicam-se aos crimes omissivos próprios;
- c) nos crimes comissivos por omissão a posição de garantidor ou de garante é excepcional, dependendo de disposição legal ou de ato voluntário do sujeito ativo, não bastando, para sua caracterização, que o indivíduo esteja eventualmente em condições de evitar o resultado;
- d) A noção de causalidade, nos crimes comissivos por omissão, não difere do conceito de causalidade adotado pelas ciências naturais ou exatas.

107 - Nos crimes qualificados pelo resultado :

- a) Em geral, há dolo no fato antecedente e culpa conseqüente; pode, entretanto, haver culpa no antecedente e dolo no conseqüente, dolo no antecedente e dolo no conseqüente ou culpa no antecedente e culpa no conseqüente;
- b) O resultado pode não ter sido previsto nem ser previsível em relação ao sujeito ativo do crime;
- c) O fato antecedente não pode constituir crime de perigo;
- d) Não se nota diferença significativa que distinga estes crimes - os qualificados pelo resultado - dos denominados crimes qualificados.

108 - Mévio, artista de circo, confiante em sua perícia e pontaria, apresenta-se em público atirando facas que se vão fincando em uma tábua em torno do perfil de sua própria filha. Em determinado momento, Mévio, sem desejar, erra a pontaria e fere a filha.

Nessa hipótese, Mévio :

- a) Não comete crime algum, por ausência do elemento subjetivo exigível para a tipicidade do fato;
- b) Comete o crime, com dolo indireto;
- c) Comete crime, com culpa consciente;
- d) Comete crime, com culpa inconsciente.

109 - O chefe de certa repartição pública, por falta de armários e por evidente desleixo, guarda material de consumo da repartição em um latão novo, que todavia continha em seu exterior a inscrição "lixo".

Tício, servidor recém-admitido, desconhecendo aquela prática e supondo que o conteúdo do latão era material rejeitado, retira dali vários objetos que leva para casa, para uso particular. Nessa hipótese :

- a) O chefe da repartição comete crime de peculato culposo pelo qual deverá igualmente responder, em co-autoria colateral, o funcionário Tício, autor da subtração;
- b) Tício valeu-se da condição de funcionário para subtrair bens da repartição, pelo que comete peculato-furto (art. 312, inciso 1º, do CP); o chefe da repartição, pelo seu desleixo, comete peculato culposo (inciso 2º);

- c) Tício não comete crime doloso, por ter agido em situação caracterizadora do erro de tipo; e não comete crime culposo por atipicidade do fato; o chefe da repartição não comete crime de peculato culposo, podendo ser responsabilizado administrativamente;
- d) Tício não será punido por ter agido com erro de proibição; o chefe da repartição comete peculato culposo.

110 - Na denominada aberratio criminis ou delicti :

- a) Se o agente, desejando atingir um desafeto, atira uma pedra mas erra o alvo e, por aberração o golpe, quebra uma vitrine alheia, só responde penalmente pelo crime de dano;
- b) Se o agente, desejando quebrar a vitrine alheia, atira uma pedra e, além de quebrar a vitrine, fere, por aberração do golpe, um empregado da loja, responde por crime de dano doloso em concurso formal com lesão corporal culposa;
- c) O agente sempre responde criminalmente como se tivesse praticado apenas o crime pretendido;
- d) O agente sempre responde pelo duplo resultado, com pena atenuada.

111 - Caio, ao passar por determinada rua, é atacado, sem que tenha provocado, por um cão feroz pertencente a Mévio. Não dispondo na ocasião de outro recurso, Caio defendeu-se agredindo o cão a pauladas. Mévio, atraído pelos ganidos, armou-se e partiu em socorro do cão, ocasião em que atirou em Caio ferindo-o

- a) Caio agiu em legítima defesa própria e Mévio em legítima defesa de seu patrimônio; ambos se beneficiam da excludente de ilicitude;
- b) Caio, a situação descrita, agiu em estado de necessidade; Mévio, ao contrário, não se beneficia da excludente da legítima defesa ou de qualquer outra causa de exclusão da ilicitude;
- c) Caio agiu em legítima defesa e Mévio em estado de necessidade;
- d) Caio agiu em estado de necessidade e Mévio no exercício regular de um direito.

112 - As causas de inimputabilidade e de redução da capacidade de que tratam o art. 19 e seu parágrafo da lei de tóxicos (Lei nº 6.368/76):

- a) Só se aplicam aos acusados por crime do art. 16 da mesma lei (droga para uso próprio);
- b) Não se aplicam aos agentes ou partícipes do crime de tráfico de drogas (art. 12);
- c) Não se aplicam aos que, por vício em drogas, embora na situação prevista no art. 19, tenham praticado crimes estranhos à Lei de Tóxicos;
- d) Aplicam-se, em tese, segundo jurisprudência do STJ e do STF, qualquer que seja o crime cometido.

113 - O infanticídio é espécie de delito :

- a) De intenção;
- b) Básico;
- c) Autônomo ou **sui generis**;
- d) Qualificado pelo resultado.

114 - O consentimento do ofendido, resultante de vontade juridicamente válida do titular de um bem disponível, pode ser considerado, frente ao direito positivo brasileiro.

- a) Excusa absolutória;
- b) Causa de exclusão da culpabilidade;
- c) Perdão judicial;
- d) Causa supralegal de exclusão da ilicitude.

115 - Nos crimes de imprensa (Lei 5.250/67) :

- a) Não se aplicam as causas interruptivas da prescrição, previstas no Código Penal;
- b) Interrompe a prescrição o acórdão confirmatório da sentença condenatória, proferido em grau de apelação;
- c) Não se aplica a prescrição retroativa, pela pena concretizada (art. 110, incisos 1º e 2º, do CP), ante as normas especiais da Lei 5.250/67;
- d) Salvo quanto ao prazo de decadência, aplicam-se, para regular a prescrição, as mesmas normas do CP e critério interpretativos respectivos.

116 - Tício fabricou moeda falsa, com rara perfeição. Depois aliou-se a Caio e ambos, agindo em co-autoria, introduziram essa moeda falsa na circulação.

- a) Tício comete o crime do art. 289 caput em concurso material com o do inciso 1º desse mesmo artigo; Caio comete o crime do inciso 1º;
- b) Tício comete apenas o crime de falsificação de moeda (art. 289 caput) e Caio comete o de introdução dessa moeda na circulação (inciso 1º);
- c) Tício e Caio cometem apenas o crime progressivo do inciso 1º;
- d) Tício comete o crime do art. 289 caput em concurso formal com o do inciso 1º; Caio comete o crime do inciso 1º.

117 - É correto afirmar-se o seguinte :

- a) Exclui-se a possibilidade de caracterização do crime de desobediência quando aquele que descumpra a ordem legal seja ocupante de algum cargo público;
- b) Pressuposto essencial do crime de desacato é a presença do funcionário desacatado no local em que o sujeito ativo pratica a ofensa;
- c) A corrupção passiva é crime bilateral, exigindo para sua consumação a atuação do agente da corrupção ativa;
- d) O descaminho, na modalidade da letra d do inciso 1º do art. 334 do CP, exige que a aquisição ou a posse da mercadoria estrangeira, desacompanhada de documentação legal, seja marcada por certa habitualidade a fim de que possa caracterizar o “exercício de atividade comercial”

118 - O crime de falso testemunho :

- a) Sendo crime de mão própria, só admite concurso de agentes sob a forma de participação;
- b) Após a reforma penal (Lei nº 7.209/84), admite-se co-autoria na hipótese, por exemplo, do advogado que instiga a testemunha a mentir em juízo;
- c) Admite retratação até antes da sentença relativa ao processo criminal movido contra o agente em razão do depoimento falso;
- d) Não se caracteriza quando o juiz do processo em que foi prestado o falso depoimento despreza-o por inverídico.

119 - No crime praticado por particular contra a ordem tributária (Lei 8.137/90), a falsificação de nota fiscal :

- a) Constitui antefato impunível, já que, nessa hipótese, o **falsum** é absorvido pelo crime-fim;
- b) Considera-se crime autônomo, em concurso material com o crime de sonegação, se praticado pelo mesmo agente;
- c) É punida em concurso formal com o crime de sonegação;
- d) É impunível pelo princípio da subsidiariedade.

120 - O Juiz, a sentença condenatória :

- a) Estabelece o regime inicial de cumprimento da pena, vinculado aos quantitativos constantes do inciso 2º, a e c, do art. 33 do CP, de modo que o condenado a pena igual ou inferior a 8 anos de reclusão não possa, salvo se reincidente, iniciar no regime fechado;
- b) Estabelece o regime inicial de cumprimento da pena, tendo em mente que a quantidade da pena reclusiva e a primariedade técnica não bastam, por si sós, para determinar o regime prisional inicial, cumprindo-lhe igualmente ponderar as circunstâncias referidas no art. 59 do CP, se tais circunstâncias forem desfavoráveis ao réu, o regime fechado será cabível mesmo que a pena seja inferior a 8 anos;
- c) Fixará a quantidade da pena, observando o critério bifásico recomendado por Roberto Lyra;
- d) Poderá reduzir a pena abaixo do mínimo cominado no tipo legal se, ausentes circunstâncias agravantes, militar em favor do réu, primário e de bons antecedentes, duas ou mais atenuantes obrigatórias (art. 65 do CP).

Gabarito

001 - A	016 - A	031 - B	046 - C	061 - B	076 - C	091 - A	106 - B
002 - D	017 - D	032 - C	047 - B	062 - D	077 - A	092 - B	107 - B
003 - B	018 - B	033 - B	048 - D	063 - B	078 - C	093 - D	108 - C
004 - C	019 - C	034 - C	049 - A	064 - D	079 - A	094 - D	109 - C
005 - D	020 - B	035 - B	050 - D	065 - D	080 - B	095 - A	110 - B
006 - A	021 - D	036 - B	051 - D	066 - C	081 - B	096 - C	111 - B
007 - B	022 - A	037 - A	052 - B	067 - C	082 - D	097 - C	112 - D
008 - C	023 - B	038 - A	053 - C	068 - C	083 - C	098 - D	113 - C
009 - A	024 - D	039 - D	054 - D	069 - D	084 - A	099 - A	114 - D
010 - D	025 - C	040 - D	055 - B	070 - A	085 - D	100 - B	115 - C
011 - C	026 - A	041 - B	056 - B	071 - D	086 - B	101 - B	116 - B
012 - B	027 - C	042 - C	057 - D	072 - C	087 - D	102 - A	117 - B
013 - A	028 - C	043 - B	058 - D	073 - C	088 - C	103 - C	118 - A
014 - D	029 - C	044 - A	059 - A	074 - D	089 - C	104 - D	119 - A
015 - C	030 - C	045 - C	060 - D	075 - D	090 - C	105 - C	120 - B